



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

16/08/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – O canto de Florence

A Anatel parece Florence Foster, a americana que julgava ser uma grande cantora de ópera e só descobriu sua total desafinação quando fez um show no Carnegie Hall. Assim é a Anatel: ignora a gravidade da situação da Oi e continua paralisada, esperando para ver o que vai acontecer.

E a situação é gravíssima. Os últimos números divulgados pela própria Oi demonstram que o que está ruim pode piorar. Basta comparar os números do segundo trimestre de 2016 com os resultados do primeiro trimestre:

- 1. Receita líquida – queda de 3,3%.**
- 2. Lucros – redução de 25,8% para 22,8%.**
- 3. Caixa- havia crescido para R\$ 16,6 bilhões no 2º trimestre de 2015. Caiu para R\$ 5,1 bilhões no segundo trimestre de 2016.**

Não bastasse essa calamidade, o novo presidente da Anatel, Juarez Quadros, ex-ministro de FHC, indicado pelo governo golpista Temer com todo apoio do mercado, estava à frente de uma empresa ligada ao setor de telecomunicações até bem pouco tempo. Ou seja, não é daí que virá nenhuma solução contrária aos donos do mercado e, por conseguinte, aos controladores da Oi.

A briga entre os acionistas também continua. A afirmativa da gestora de investimentos Bridge deixa bem claro o “alto nível” desses senhores. Segundo ela, os conselheiros indicados pelo grupo Pharol, maior acionista da Oi, usam a empresa “para atender exclusivamente interesses seus”.

Na petição inicial encaminhada à Justiça para que fosse concedida a recuperação judicial, os representantes da Oi confessam no item 139 do documento: “não é preciso grande expertise para perceber que eventual interrupção...de qualquer um desses serviços tem potencialidade para produzir efeitos catastróficos...para os usuários.”

Está mais do que óbvio que a única alternativa legal e plausível é a intervenção. Só aos controladores da Oi e à Anatel parece não interessar essa opção. Como na história de Florence, retratada em dois filmes, a suposta cantora só percebeu que cantava muito mal quando já era tarde. O canto de Florence é o mesmo canto da Anatel. Quando perceber, se interessar perceber, será tarde demais.

No caso da Oi a irresponsabilidade dos seus controladores e da Anatel trarão a calamidade para os usuários e trabalhadores de telecomunicações em 26 estados da Federação, atingindo 159 milhões de pessoas.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

16/08/2016 - Instituto Telecom

Para Ouvidoria, Anatel errou na franquia da banda larga fixa

Cientes, Procons, OAB e o Congresso Nacional já reclamaram que a Anatel se atrapalhou toda ao lidar com o eventual fim dos planos de acesso 'ilimitado' à internet, mas desta vez a crítica é interna. O mais recente relatório da Ouvidoria da agência aponta que o tratamento do tema foi errático, resultando em medida "insuficiente e inadequada".

Mais do que isso, mesmo ao tentar corrigir o rumo, a Anatel, no entender da Ouvidoria, peca por uma leitura enviesada da legislação: o entendimento de que as operadoras podem alterar contratos como bem entenderem, desde que os consumidores sejam avisados.

"Não entendemos de onde surgiu a ideia de que seja um direito das Operadoras a liberdade de alteração dos contratos de serviço, de modo unilateral, e que ao consumidor deve ser resguardado apenas o direito de ser comunicado com antecedência dessa alteração", diz o documento.

Para a Ouvidoria, trata-se de "uma inversão, onde a intenção de se estabelecer uma proibição às operadoras quanto à manutenção de condições contratuais quando houver renovação de leis ou regulamentos mais favoráveis aos consumidores foi transformada numa garantia contra esses mesmos consumidores".

A encrenca começou há mais de um ano, quando as operadoras móveis se moveram pelo bloqueio das conexões móveis ao fim da franquia, mudando a prática de reduzir a velocidade. Este ano, o mesmo movimento foi sinalizado na banda larga fixa, a começar pela Vivo – que comprou a única operadora (GVT) que ainda oferecia planos sem limite de franquia.

Em 18 de abril, a Superintendência de Relações com os Consumidores da agência emitiu um despacho no qual exigia das empresas ferramentas de medição de consumo antes de adotarem o bloqueio ao fim da franquia. Foi um desastre. O presidente da Anatel, João Rezende, defendeu as empresas e criticou os 'planos ilimitados'.

A repercussão foi tão ruim que quatro dias depois o Conselho Diretor da agência resolveu baixar uma

medida cautelar proibindo por tempo indeterminado o bloqueio dos acessos ao término das franquias contratadas. A cautelar segue em vigor, enquanto segue uma análise sobre o tema ainda sem data para ser concluída.

"A Medida Cautelar adotada pela Anatel, é necessário reconhecer, foi insuficiente e inadequada em face da relevância da questão. E frente à repercussão negativa da decisão cautelar, a Agência se viu obrigada a rever sua posição inicial e determinar que por tempo indeterminado nenhuma limitação de acesso à internet seria imposta aos consumidores e que a decisão sobre o tema seria tomada pelo colegiado da Anatel, ou seja, pelo Conselho Diretor", diz a Ouvidoria.

Por esse entendimento, a Anatel já começou equivocada, por defender como direito a mudança dos contratos para termos menos favoráveis aos consumidores. "É nítido que a intenção do legislador quando definiu que 'a prestadora de serviço em regime privado não terá direito adquirido à permanência das condições vigentes quando da expedição da autorização ou do início das atividades, devendo observar os novos condicionamentos impostos por lei e pela regulamentação' foi a de proteger os consumidores e não facultar às operadoras a possibilidade de fazerem alterações unilaterais de contratos existentes", conclui a Ouvidoria.

Os tropeços regulatórios, segundo esse mesmo relatório, fortalecem a análise de que a agência reguladora de telecomunicações tem dificuldade inata de identificar o que é melhor para os usuários dos serviços. "É nossa percepção que vem aumentando (senão perpetuando) na cultura institucional uma resistência implícita, subliminar do acolhimento aos cidadãos que procuram a Anatel para apresentação de demandas (...) Como reguladora de um setor que adquire cada vez mais contornos de serviços essenciais ao pleno exercício das potencialidades cidadãs, a Anatel precisa aprimorar sua relação com a sociedade".



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

16/08/2016 - Instituto Telecom

Teles querem alterações na proposta de norma sobre exposição humana a campos elétricos para reduzir ônus

Teles e entidades propuseram alterações em grande parte dos artigos da proposta de regulamento sobre avaliação da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos associados à operação de estações transmissoras de radiocomunicação, que estava em consulta pública até este domingo, 14. Das 185 contribuições, ganhou destaque nas manifestações a preocupação das operadoras com o excessivo gasto e complexidade com a exigência de medição presencial, a cada cinco anos, de todas as estações.

A sugestão da Telefônica, por exemplo, é um aperfeiçoamento da proposta apresentada pela Oi na audiência pública sobre o tema. Ao invés de se fazer a totalidade das medições por uso de softwares de testes, a operadora espanhola defende que, além dos testes teóricos, no momento que a medição remota sinalizasse uma aproximação dos valores limites definidos pela lei e regulamentação pertinentes, haveria a necessidade de realização de medições físicas e diretas para a realização dos ajustes necessários.

De acordo com a Telefônica, esse modelo não contraria o que preconiza a Lei 11.934 /2009, que trata de irradiação não-ionizante. Ao mesmo tempo, estaria alinhado com a própria análise preliminar de impacto regulatório, feita pela Anatel, que considera desnecessária a realização de medições práticas e periódicas do campo magnético emitido por todas as estações transmissoras, tanto por não introduzir nenhum benefício efetivo à sociedade em relação à segurança de emissão de radiação não-ionizante, quanto pela imposição de altos custos para as prestadoras na operacionalização destas medições práticas. No levantamento apresentado pela Oi, o custo ficaria em R\$ 165 milhões em cinco anos.

As teles, o SindiTeleBrasil e a TelComp também propõem a alteração do artigo que trata da entidade avaliadora da medição, para permitir que a própria

prestadora, que possua, em seu quadro de funcionários, pelo menos um profissional habilitado, possa realizar o trabalho. Também defendem que a Anatel poderá, a seu critério, realizar diretamente a avaliação das estações, ou contratar entidade de terceira parte para tal, sem ônus para as prestadoras dos serviços de telecomunicações. Isso em substituição ao comando proposto no regulamento, de que a agência poderá exigir, a seu critério, que a avaliação de estações seja efetuada por entidade de terceira parte.

As prestadoras sugerem ainda a alteração do artigo que trata das isenções de avaliação. Na visão das teles, estariam isentas:

I. Estações enquadradas como tipicamente conformes, em pelo menos em uma das descrições abaixo:
a) Estações transmissoras de radiocomunicação que não necessitam de licença para seu funcionamento;
b) Estações transmissoras de radiocomunicação de enlaces ponto-a-ponto e estações terminais de aplicações ponto-área cuja radiofrequência de operação seja superior a 2 GHz e a potência do transmissor não seja superior a 2 W; c) Estações transmissoras de radiocomunicação cuja EIRP não seja superior a 10 W (40 dBm) e a distância seja superior a 2,2 (dois metros e vinte centímetros) acima do solo.

II – Estações com operação itinerante, definidas pela agência;

III – Estações de aeronaves e embarcações.

Por fim, as operadoras pedem que haja prazo suficiente para procederem às alterações propostas no regulamento. “ Ainda que a Anatel acate os pedidos das prestadoras e proceda a mínimas alterações no regulamento, é preciso tempo suficiente para revisão dos contratos com fornecedores para verificar adequações e revisão de ferramentas internas de controle companhia”, argumenta o SindiTeleBrasil.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Mesa Diretora da Câmara altera novamente a tramitação do PL 3453/2015

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados alterou mais uma vez a tramitação do Projeto de Lei 3453/2015, que propõe novo modelo para as telecomunicações. Pelo despacho publicado nesta segunda-feira, 15, a proposta não passará mais pela Comissão de Finanças e Tributação. Na sexta-feira, 12, a Mesa Diretora havia excluído a apreciação do mérito pela CFT, mas mantinha a tramitação nessa comissão.

De acordo com o autor do projeto, deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), a exclusão da tramitação na CFT foi resultado de acordo com o deputado Alfredo Kaefer (PSL-PR), que solicitou a redistribuição da matéria. Ele afirma que o projeto passa ao largo de questões tributárias, não tratando em momento algum de abordar os tributos que incidem no setor de telecomunicações.

Para Vilela, a proposição exige celeridade, já que

trata de sinalizar a vontade da nova ordem política em se dar prioridade a novos investimentos econômicos no setor de telecomunicações, a desburocratização do setor e a remoção de situações de insegurança jurídica que inibem tais investimentos. O projeto possibilita a troca das concessões da telefonia fixa por autorizações e permite que os bens reversíveis sejam revertidos em investimentos na banda larga.

Com a nova decisão, o PL 3453/2015 tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática e na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços para apreciação de mérito e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para análise da constitucionalidade.

Na CDEICS, onde se encontra atualmente, a proposta já recebeu 12 emendas. A votação deve acontecer ainda este mês, prevê o deputado.

16/08/2016 - RBA

Anuário destaca redução de mortes no trabalho, mas revela desigualdades

Publicação traça uma radiografia dos diferentes impactos sobre a vida do trabalhador, em relação à condição de trabalho e a saúde, entre os anos de 2004 e 2014

"Entre 2004 e 2014, houve uma redução nos acidentes com morte nas ocupações, caindo de 5,4 para 2,8 casos a cada 100 mil vínculos trabalhistas. Então, há uma condição melhor para o trabalhador. Também houve uma redução no afastamento por doenças ocupacionais", afirmou hoje (16) o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, em entrevista à Rádio Brasil Atual, ao comentar sobre o Anuário da Saúde do Trabalhador.

Porém, a publicação não apresenta apenas dados positivos, alerta o diretor técnico do Dieese. "Uma das informações importantes que o anuário traz é



que temos um contingente de mais de 100 milhões de pessoas ocupadas, mas ainda essas pessoas têm condições de vida muito desiguais. Há regiões onde o acesso ao tratamento de esgoto é muito baixo, especialmente, no Norte e Nordeste, onde 60% da população não tem esse acesso."

Lançado em julho, o anuário traça uma radiografia dos diferentes impactos sobre a vida do trabalhador, em relação à condição de trabalho e a saúde, entre os anos de 2004 e 2014. A publicação é do Dieese e tem colaboração do Ministério do Trabalho e de diversas centrais sindicais.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

15/08/2016 - RBA

Trabalhadores vão às ruas em todo o país nesta terça contra retirada de direitos

Mobilização em capitais ocorre em frente às sedes de entidades patronais no país, contra a terceirização, reforma da Previdência e retirada de direitos da CLT

As oito centrais sindicais que representam os trabalhadores no país realizam hoje (16) atos nas capitais contra a perda de direitos trabalhistas e previdenciários, pretendidos pelo governo interino de Michel Temer e pelas bancadas conservadoras do Congresso Nacional. A mobilização será em frente às sedes das principais entidades patronais do país.

Em São Paulo, a concentração será às 10h, na porta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na Avenida Paulista. No Rio de Janeiro, a concentração também será às 10h, no Boulevard Olímpico da Praça Mauá. Em Salvador, o ato começará às 9h, em frente à sede da Federação das Indústrias da Bahia (confira agenda completa abaixo).

“A luta contra a perda de direitos trabalhistas e previdenciários faz parte de uma agenda comum em que as centrais sindicais estão trabalhando juntas”, afirmou hoje (15) o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio à Rádio Brasil Atual. “As mobilizações de amanhã visam justamente a construir um posicionamento unitário contra a redução de direitos. As centrais e os movimentos são favoráveis ao aperfeiçoamento da lei, a uma melhoria das condições gerais da legislação, mas nunca à redução, à retirada de direitos. Elas estão atuando juntas para poder avançar e conquistar esses direitos.”

Segundo Clemente, a unidade surge “para fazer o enfrentamento de uma agenda que será bastante difícil”. Entre os projetos que estão na mira do governo e do Congresso estão a reforma da Previdência, em que se cogita a adoção de uma idade mínima de 70 anos, a terceirização ilimitada e a prevalência do negociado sobre o legislado, o que ameaça os direitos previstos na CLT, e também o fim da política de valorização do salário mínimo.

As centrais que participam da mobilização de

amanhã são CUT, CTB, CSP, CGTB, Força Sindical, Intersindical, NCST e UGT. Além das mobilizações nas sedes de entidades patronais, haverá paralisações nos locais de trabalho como bancos e fábricas – de uma, duas horas ou a manhã inteira.

“Os empresários financiaram o golpe de Estado e agora estão cobrando a conta. Achem que nós é que vamos pagar. Estão enganados. Esse pato não é nosso”, disse o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

Segundo Freitas, o Dia Nacional de Mobilização é um alerta ao governo e aos empresários. “Vamos resistir, vamos lutar para impedir o aumento da exploração e a retirada de direitos. A mobilização do dia 16 é um dos passos dessa resistência rumo a uma greve geral.”

Para ele, não é possível aceitar qualquer retrocesso nos direitos sociais. Uma das principais ameaças do momento é a tentativa de implantar o negociado sob o legislado. Neste caso, as relações entre empregado e patrão ditam as regras que ficarão acima dos direitos garantidos pela CLT.

“Não é porque os sindicatos têm medo de negociação ou são acomodados com a legislação. É porque o empresário brasileiro não avança para ter uma relação de igual para igual, muito pelo contrário. O que acontece hoje é uma campanha mundial contra os sindicatos”, argumentou Freitas.

“Aceitamos o negociado sob o legislado, desde que seja negociado com o trabalhador mais do que está na CLT. Aceitamos desde que seja uma proposta melhor para o trabalhador, nada mais do que isso”, alertou o presidente da CUT.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/08/centrais-realizam-ato-conjunto-nesta-terca-feira-contra-retirada-de-direitos-257.html>

16/08/2016 - Vermelho

Instituto do PSDB quer privatizar “estatais petistas”

O Instituto Teotônio Vilela (ITV), centro de estudos do PSDB, quer privatizar, fundir ou extinguir parte das empresas estatais criadas entre 2003 e 2015. A proposta deve ser discutida com o presidente interino, Michel Temer, na primeira reunião de conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que acontece no próximo dia 25, em Brasília.

Em reportagem do Valor Econômico, essas empresas públicas são tratadas como “estatais petistas” e sua importância para o desenvolvimento nacional é ignorada. O ponto chave da crítica é que elas não dão lucro e consomem parte dos recursos da União.

Uma das estatais citadas pelo ITV é a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que surgiu da necessidade de pensar a infraestrutura nacional de forma sistêmica e integrada. A matéria do Valor diz que a companhia foi concebida “para tocar o projeto do trem-bala”, mas “caiu no limbo” depois da saída de Bernardo Figueiredo da presidência “e foi praticamente aliçada de todas as discussões posteriores sobre investimentos em transportes”.

Só que a EPL (ou uma iniciativa semelhante) era fundamental para solucionar o gargalo logístico brasileiro. Em 2013, a empresa entregou um estudo que compilava relatórios de déficit do setor de transporte de diversas fontes. Na época, o trabalho demonstrou que o Brasil tinha um atraso de investimentos na ordem de R\$ 700 bilhões para o segmento e só vinha realizando R\$ 15 bilhões de investimento por ano, volume incapaz de zerar o passivo.

O centro de estudos tucano preparou uma lista de empresas estatais deficitárias. No topo estão a Petro-



química Suape e a Petrobras Bio-combustível (PBio), subsidiárias da Petrobras que, de acordo com a reportagem do Valor, “não apresentaram um único balanço positivo desde sua criação, no fim da década passada”. “Juntas, acumulam rombo de R\$ 5,1 bilhões nos últimos sete anos”.

A Petroquímica Suape foi criada para produzir insumos químicos e têxteis em uma área estratégica, de fácil escoamento de produção, o Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco. A Petrobras Biocombustível foi criada para contribuir com a diversificação da matriz energética brasileira e a redução da emissão dos gases de efeito estufa.

A reportagem fala de 41 empresas estatais criadas nos governos do PT. Entre elas, estão listadas a Ceitec, que atua no segmento de semicondutores e circuitos integrados, acusada de nunca ter dado lucro, e a Amazul, criada especificamente para o desenvolvimento do primeiro submarino de propulsão nuclear brasileiro.

A Ceitec foi criada em 2008. Em 2011, começou a produzir em escala comercial um chip de rastreamento do gado para garantir o controle de origem da carne bovina, exigência dos grandes importadores. Depois disso, desenvolveu outras tecnologias para acompanhamento de temperatura, segurança de passaportes, identificação automática de veículos, além de múltiplas aplicações em logística.

A Amazul foi criada em 2013. Pouco tempo para o Valor Econômico e o centro de estudos do PSDB decretarem seu fracasso.